

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente gostaríamos de registrar a importância da continuidade da produção e publicização de dados educacionais pelo INEP¹⁵⁸. A possibilidade dos pesquisadores utilizarem dados nacionais para desenvolvimento de suas pesquisas, além do incremento ao conhecimento do sistema escolar melhor embasado empiricamente, permitirá que diferentes perspectivas sirvam de subsídios ao desenvolvimento de políticas educacionais mais adequadas às necessidades de expansão e qualificação do sistema em todos os seus níveis.

A análise do material empírico produzido a partir dos dados do INEP e de um certo recorte espaço-temporal, permitiu destacarmos as limitações de uma expansão democrática do ensino superior em virtude de: a) predominância de condições socioeconômicas diferenciadas e quase inalteradas do público que frequenta o ensino superior no Estado ao longo da série histórica, b) grave cisão no perfil social dos dois grupos de cursos, limitando a democratização pela perspectiva da escolha de cursos e c) a raridade dos cursos que apresentaram um bom indicador de democratização do ensino superior no Estado.

O caráter exploratório de nossa pesquisa visou produzir um mapeamento geral das condições de produção desta expansão no Estado do Rio de Janeiro, aproximando-se de uma topografia. Outros desdobramentos de natureza horizontal e vertical poderiam ser realizados no sentido de averiguar: a) a que resultados chegariam estudos semelhantes realizados sobre o Brasil ou outros Estados da federação?, b) o que poderiam oferecer em termos de aprofundamento da temática, estudos na perspectiva micro (clima escolar, condições de ensino, quadro docente) sobre cursos que se destacaram em nossa pesquisa?

Buscamos produzir uma sociologia do ensino superior no país, na perspectiva dos laços entre sociedade e política educacional brasileira. Esta abordagem salientou, inicialmente, o papel do ensino superior no Brasil no tocante à definição de postos sociais – apontando para o padrão de mobilidade social no país. No trabalho “Herdeiros ou sobreviventes”, sobre mobilidade social

¹⁵⁸Sugerimos ao INEP que inclua no questionário socioeconômico uma questão indagando se o graduando realizou curso pré-vestibular e de que tipo, a fim de dimensionar o impacto dos cursinhos comunitários.

entre alunos de graduação de carreiras diferentes na UFRJ, Bastos (2004) confirma essa característica, mostrando que graduandos de carreiras de mais alto prestígio não se destacam de seus pais, pois eles também já gozavam de posição social favorável. Quanto a estudantes de carreiras de baixo prestígio, estes sim projetam-se em relação a seus pais, mas como a carreira não permite forte ascensão social, continua problemática a perspectiva da mobilidade. Nesta pesquisa, não foram outros nossos achados: estudantes de Biologia, Letras e Matemática emergem de um meio social mais desfavorecido mas terão, pelos seus diplomas, retornos econômicos e sociais limitados. Situação oposta ocorre com os estudantes de Medicina, Engenharia e Direito, que se reproduzem normalmente nos estratos dos pais, com variantes entre os alunos de Direito, pela suas características anteriormente destacadas.

Anísio Teixeira indicava este problema e suas origens desde uma análise sobre a reforma do ensino superior de 1968:

Embora a educação superior brasileira tenha sido estagnada, pobre, modesta, ela possuía, no sentido de prestígio social, um valor exaltadíssimo. Por isso mesmo, não se pode pedir à mocidade, que busca essa educação ainda tradicional, que seja ela a renovadora de seus métodos e de seu conteúdo. Não pode mover a essa mocidade motivação diversa da que serviu aos que antes a buscavam. Entre as resistências à mudança necessária e indispensável, não está apenas a sociedade brasileira, de si mesma, naturalmente letárgica, podendo sofrer a mudança mas raramente a promovendo; não estão apenas os professores ameaçados de perder seus hábitos longamente aceitos; estão os próprios estudantes a tudo isso refletir (UFRJ, 2007, p. 13).

Desta forma pudemos acompanhar e compreender, especialmente por parte das representações docentes e discentes, como também das várias agremiações profissionais, as fortes resistências a projetos de mudança no sistema de ensino superior¹⁵⁹. No setor público elas são de difícil implementação porque, se no tocante à educação básica a falta de investimento público levou nossas elites a criarem um sistema de educação privada satisfatório, essa mesma fração da população contava com boas instituições públicas de ensino superior e sempre lutou pela manutenção restritiva de seu acesso a ele (MILANOVIC, LINDERT and WILLIAMSON, 2007). Quanto às políticas que afetam o setor privado, as

¹⁵⁹Maggie (2000) já havia estudado, por exemplo, as reações de parte significativa da elite universitária à “pretensão de estudantes oriundos da periferia das grandes cidades que acreditam que com esforço e mérito próprios podem chegar ao ensino superior”.

tentativas de regulação são as mais questionadas. O embate pela não regulação pode sempre ser enfrentado retornando às previsões da LDB e da Constituição¹⁶⁰, parâmetros suficientes para a ação governamental fundada legal e legitimamente.

Todas essas dificuldades podem ser melhor compreendidas no quadro de uma expansão que se pretende democrática, outro aspecto valorizado em nossa abordagem. Não vai em outra direção a advertência de Bourdieu:

Eis aí um dos mecanismos que, acrescentando-se à lógica da transmissão do capital cultural, fazem com que as mais altas instituições escolares e, em particular, aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuem sendo exclusivas como foram no passado. E fazem com que o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir a aparência da “democratização” com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social (BOURDIEU, 2002b, p. 223).

Em nossa pesquisa vimos, no caso brasileiro, esta fina artimanha da reprodução em meio à aparência de democratização: a re-hierarquização do sistema de ensino superior. Dada a natureza quase estamental do perfil dos alunos das carreiras de maior e menor prestígio social em nosso país, se o maior efeito da política de expansão for averiguado na multiplicação das vagas de cursos desprestigiados, continuaremos presenciando apenas uma aparência de democratização¹⁶¹. Nesse caso, estaríamos diante do fenômeno das transições na estratificação social que operam apenas por mudança num indicador ou discriminante. Vale dizer: poder-se-á identificar expansão no sistema, mas essa mudança quantitativa não é acompanhada de mudanças qualitativas na sua composição social e em sua estrutura. A tomarmos o caso do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2000 e 2003, foi o que verificamos, o que pode também ser lido na perspectiva da “Desigualdade Efetivamente Mantida (Effectively Maintained Inequality – EMI), pois resultados empíricos indicam que a diminuição de certos indicadores de desigualdade social estão associados ao aumento de outros indicadores de desigualdade” (FRANCO, BONAMINO e BROOKE, 2006, p.2).

¹⁶⁰Especialmente os artigos 209 da CRFB e 9º e 46 da LDB. Tratam da avaliação como condição para autorização e reconhecimento de cursos.

¹⁶¹Como na fala descrente de uma aluna de um curso Normal Superior: “no Brasil é assim: tem ‘curso de rico pra continuar rico’ e ‘curso de pobre pra continuar pobre’”.

Quanto aos mundos particulares que acabamos por identificar nos dois grupos de cursos no Estado do Rio de Janeiro, chama a atenção a iniquidade do destino selado dos mais pobres no tocante à escolha da carreira. Nesse sentido julgamos que empreendermos, como na teoria de Boaventura Santos (2007), uma “sociologia das ausências”, compreendida como uma

Investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2007, p. 12).

O que inferimos, enfim, é que as características de origem social de parcela da população não são suficientes *de per si* para viabilizar o propósito de democratização do ensino superior, especialmente quando se considera uma distribuição entre cursos de maior e menor prestígio social, confirmando, ainda no terceiro milênio, a marca do elitismo no ensino superior, da desigualdade social arraigada e manifesta numa impermeável hierarquia de carreiras. Milton Santos e Maria Laura Silveira (2000) alertavam sobre este ponto: como será enfrentada a questão da variedade e da qualidade da oferta? Esse desafio é central, na medida em que nossa sociedade não deveria tolerar que se prolongue a situação atual de oferta de educação segundo a capacidade econômica das famílias. Essa situação é tal que os cidadãos já se instalam na nação com um destino predeterminado, discriminados *ab initio*, desde logo condenados a uma certa quantidade e qualidade de educação. Na avaliação de Santos e Silveira, “importante frisar que a superação do *handicap* da herança sócio-cultural pode depender de medidas compensatórias, e estas são do âmbito do poder público” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 47).

Nesse sentido, talvez estejamos diante de um momento oportuno para reavaliar rótulos como qualidade, papel social do ensino superior e das instituições e hierarquia do campo, vale dizer, os signos da legitimação do ensino superior no Brasil, vez que as fronteiras classificatórias estariam se movimentando. Em nossos achados identificamos, sob os vários ângulos examinados, que as disputas pela primazia do setor público sobre o privado e as reações deste às críticas recebidas, bem como as disputas pela primazia do setor

universitário sobre o não universitário e sobre as vantagens do ensino centralizado – não se sustentaram sob o crivo da democratização do ensino. Mais que isso, nossa opção de trabalho considerou que a dicotomia público-privado, como as demais, operam secundariamente ao processo de democratização. Ou seja: entendemos que as análises das disjuntivas deveriam ocorrer *a posteriori* e não *a priori* em relação à análise do processo de democratização.

Motivados a dimensionar o processo de democratização, propusemos de forma exploratória uma hipótese de construção de um indicador de democratização, no sentido de tentar materializar os limites e possibilidades de uma expansão democrática do ensino superior, a partir dos dados para o Estado do Rio de Janeiro. No tocante ao que o IDES revelou, a rediscussão sobre as fronteiras entre os setores público e privado na contemporaneidade pode e deve ser fomentada. Salientamos também que a observância de médias equilibradas no IDES entre interior e capital, associada à evidência de melhor performance dos cursos novos do interior em relação aos da capital oferecidos pela mesma instituição, corrobora o acerto de uma política de interiorização do ensino superior, sem descurar da oferta na capital, a fim de se alcançar as metas do Plano Nacional de Educação. Retomemos, no bojo desta reflexão, as considerações embasadas no pensamento de Tocqueville para concluir que, muito provavelmente, a crítica aos processos de interiorização do ensino superior estejam contaminadas por nossas dificuldades com idéias e atitudes que, tememos, retirariam do Estado suas responsabilidades. Ora, a questão é que do pensamento de Tocqueville não se pode extrair a conclusão de que a ação da sociedade configura obrigatoriamente um retraimento da ação do Estado. A arena política em que sociedade e Estado são interlocutores continua aberta. Pelo contrário, trata-se de um passo além no amadurecimento democrático, que por definição opera na tensão entre interesses individuais e coletivos, entre o privado e o público, entre o local e o global, entre o interior e a capital – sem alijar nenhum desses pólos. Qualquer argüição de primazia de um setor sobre outro refletirá muito mais ou a defesa de privilégios e distinções, ou um desconhecimento sobre o dinamismo do ensino superior no Brasil, dinamismo este suscitado pela própria qualidade de renovação da vida social, mormente se exposta a mais educação.

Nesse sentido, talvez estejamos diante de um momento oportuno para reavaliar rótulos como qualidade, papel social do ensino superior e das

instituições e hierarquia do campo, vale dizer, os signos da legitimação do ensino superior no Brasil, vez que as fronteiras classificatórias estariam se movimentando. Em nossos achados identificamos, sob os vários ângulos examinados, que as disputas pela primazia do setor público sobre o privado e as reações deste às críticas recebidas, bem como as disputas pela primazia do setor universitário sobre o não universitário e sobre as vantagens do ensino centralizado – não se sustentaram sob o crivo da democratização do ensino. Mais que isso, nossa opção de trabalho considerou que a dicotomia público-privado, como as demais, operam secundariamente ao processo de democratização. Assim: entendemos que as análises das disjuntivas deveriam ocorrer *a posteriori* e não *a priori* em relação à análise do processo de democratização.

Finalmente, nossos achados para o Rio de Janeiro sugerem forte atenção com relação à capacidade do sistema de realizar as metas quantitativas e qualitativas de sua expansão. A experiência recente do ingresso de novos perfis sociais no ensino superior - seja pela universalização do ensino médio, seja pelo PROUNI, seja pela introdução de algum tipo de medida compensatória – prenuncia dificuldades de duas ordens, que refletem justamente os pólos qualitativo e quantitativo do conceito de democratização: carência de conhecimentos suficientes para acompanhar a graduação e de recursos financeiros para se manter no curso. Vale dizer: o novo contingente a ser incorporado no ensino superior certamente trará as marcas de sua origem socioeconômica, requerendo uma reorganização do sistema para garantir sua permanência com qualidade acadêmica.

Generalizando muito, pode-se dizer que as **instituições privadas** que absorverem estes novos alunos enfrentarão dificuldades de ordem não só financeiras quanto e, sobretudo, acadêmicas. Assim já se pronunciou o presidente do sindicato das instituições privadas paulistas: “com o aumento das matrículas, entraram alunos com dificuldades. Temos de dar reforço em português e matemática” (369 CURSOS, 2006)¹⁶². Por outro lado, as avaliações do ENADE no tocante à diferença de desempenho das instituições, têm destacado que “aquelas com pior desempenho têm estudante mais pobre e pouco fazem por ele”

¹⁶²Variações no desempenho de alunos da 4ª série no SAEB, relacionadas a mudanças no perfil dos estudantes que freqüentam esta série em três edições do exame já foram dimensionadas em nosso país, validando essa preocupação (Fernandes e Natenzon, 2002).

(ALUNOS, 2007). Nesse sentido, a manutenção do sistema de avaliação nacional de cursos torna-se imprescindível, evitando uma expansão desqualificada¹⁶³ e portanto não democrática do sistema. Mormente a política de distribuição de bolsas pelo PROUNI aprofunda a necessidade de acompanhamento da performance acadêmica dos cursos. Estas bolsas representam investimento governamental e, como qualquer investimento público, deve ser aplicado de forma criteriosa. Concretamente, questionamos se instituições mal avaliadas devam ser conveniadas neste programa. Não se justifica, outrossim, um sistema de avaliação que apenas indique a posição da instituição em relação a outras, permitindo o funcionamento daquelas que reiteradamente produzem maus resultados. Sistemas de responsabilização pelos resultados da escola, tema considerado difícil para acadêmicos, gestores, políticos e mantenedores – devem passar a ser assimilados em nosso país (ALVES, 2007).

Por seu turno, as primeiras avaliações sobre os alunos beneficiados por pontos extras ou cotas nas **instituições públicas** mostram que os mesmos têm garantido boa performance acadêmica¹⁶⁴, mas já antevêm as dificuldades financeiras para se manter na faculdade. Trabalho específico sobre ingresso e evasão na expansão recente do ensino superior foi conclusivo a esse respeito:

De acordo com as evidências obtidas na análise e com as referências dos estudos empíricos internacionais, não se pode afirmar que a expansão dos sistemas de ensino superior, mesmo com o aumento da oferta de ensino público e gratuito, seja uma garantia da redução das desigualdades de acesso. Com vistas a aumentar a equidade do sistema, as políticas de democratização do ensino superior devem prever mecanismos específicos de apoio aos estudantes dos setores sociais mais desfavorecidos não só em relação ao ingresso, mas também em relação à evasão (MELLO, 2004, p. 75).

De outro lado, as considerações realizadas sobre a eventual dificuldade de instituições públicas federais mais antigas e tradicionais quanto à democratização do ensino superior parecem ser tão mais pertinentes quanto sua visibilidade e

¹⁶³Os próprios estudantes são críticos da situação. Numa entrevista sobre o problema da multiplicidade de novas instituições em Minas Gerais, muitas delas sem qualidade, um aluno assim expressou: “o problema é que para quem quer dar satisfação aos pais ou precisa apenas do diploma, elas são perfeitas. São baratas e fáceis de passar”. In: **O Estado de Minas**, 20 jun. 2005, p. 22.

¹⁶⁴“Aprovado com benefício vai melhor na universidade”. In: **Folha de São Paulo**, 30 set. 2007; “Diferentes no ingresso, iguais no desempenho”. In: **Folha Dirigida**, 8 mai. 2007, p. 23. “Aluno da rede pública é melhor na Unicamp”. In: **Folha de São Paulo**, 22 dez. 2005, p. C5; “Estamos prejudicando nossos melhores alunos?”. In: **Folha de São Paulo**, 15 mai. 2005, p. C8.

prestígio projetam-nas como ponta de lança das políticas governamentais para o ensino superior. Isto porque o conteúdo da política educacional para as universidades federais veicula o projeto da nação para a sociedade: os recursos gerados por ela e que são alocados pelo MEC a essas instituições revelam – quer haja consciência disto ou não - este projeto. Avalia Schwartzman que:

Deve ser do interesse público eliminar os mecanismos institucionais que garantem privilégios aos detentores de determinadas credenciais, fazendo com que os benefícios decorrentes da educação superior passem a ser, cada vez mais, função da efetiva contribuição dos educados para a riqueza e o bem estar social. É também responsabilidade do setor público cuidar da equidade no acesso às oportunidades educacionais, independentemente das origens econômicas, sociais, raciais ou culturais das pessoas (2000, p. 7).

Ou será que o máximo de democratização que poderíamos imaginar, nesse sentido, seria a ampliação de vagas noturnas nas universidades públicas, cumprindo as metas de expansão do REUNI? Não estaríamos incorrendo nesse caso em tautologias, como expressado por uma dirigente de universidade federal, sobre a expansão das vagas: "Já abrimos mais turmas à noite de cursos na área de humanas. Mas nos cursos de maior ascensão social, como medicina e arquitetura, por exemplo, é mais difícil. Um estudante de medicina tem que se dedicar 100% às aulas. Não pode dividir seu tempo com trabalho" (UFMG, 2006)? Ora, não há maiores dificuldades quanto ao acordo que um curso como Medicina deva ocorrer em horário integral. O problema é a circularidade do raciocínio, admitindo que a condição pregressa do estudante continue determinando o possível ou não quanto à opção de carreira. Há que se romper com este vício, por exemplo através de bolsas que permitam ao outrora estudante trabalhador que logrou ingressar em Medicina, condições para cursá-la sem necessidade de trabalhar. Como o fazem seus colegas oriundos de estratos sociais superiores, dedicando-se integralmente ao curso.

Acreditamos que providências simples como a realização do vestibular para as universidades federais no mesmo dia¹⁶⁵ e a implementação bem sucedida do programa de assistência estudantil, já produziriam um efeito imediato no tocante a melhor refletir a variedade da sociedade brasileira no perfil social que ingressa e permanece no *campus*. Esses gestos contribuiriam, outrossim, para

¹⁶⁵A partir de 2006 o questionário socioeconômico do INEP incluiu perguntas sobre em qual unidade da federação o graduando nasceu e cursou o ensino fundamental e médio, o que vai possibilitar o dimensionamento do êxodo dos estudantes em busca das vagas públicas.

evitar os efeitos da Desigualdade Maximamente Mantida, que assinala a persistência da desigualdade educacional entre dois estratos até que o grupo em vantagem tenha chegado ao ponto de saturação no aproveitamento das vantagens, no caso, a expansão do ensino superior público pretendida. Eis que “o grupo em vantagem está em melhores condições de aproveitar as oportunidades que surgem derivadas muitas vezes de políticas com caráter igualitário. Isso levaria à persistência de desigualdade em contextos de não saturação das melhores oportunidades” (TAVARES JÚNIOR, 2004, p. 7).

Vivemos hoje, enfim, um novo momento de inflexão para o ensino superior. Se por um lado os resultados da primeira onda da expansão do ensino superior não atestaram uma inclinação democrática, os cursos que surgiram no final do período por nós estudado podem prenunciar algumas boas novas. A política educacional, por seu turno, a fim de prover uma inclusão efetivamente democrática no sentido que aqui temos trabalhado, deve cuidar para que o maior resultado do esforço governamental não consista na expansão de vagas em cursos de baixo prestígio social nas universidades públicas ou permitindo que a maior parte das bolsas do PROUNI siga na mesma direção. *Pari passu*, um impulso quanto ao valor econômico, social e simbólico destes cursos deve ser objeto de maior atenção por parte do governo. Todos sabemos, especialmente no tocante às Licenciaturas, como estão vergonhosa e injustificadamente degradadas suas condições de produção e o exercício do magistério em nosso país. Relembremos a previsão do texto da Reforma do Ensino Superior: a função social do ensino superior se fará mediante a garantia não só da democratização das condições de acesso, como também das condições de trabalho acadêmico.

Por razões como essas é que cabe ratificar e sugerir a ampliação e intensificação das bolsas assistência, do PROUNI, das ações afirmativas, da criação de bolsas-permanência e da multiplicação de instituições públicas e gratuitas de forma descentralizada, se se quer caminhar com sucesso à consecução do Plano Nacional de Metas da Educação de forma democrática – em que pesem as salutares e constantes críticas (CARVALHO, 2007; CATANI, Afrânio Mendes, HEY, Ana Paula e GILIOLI, Renato de Sousa Porto, 2006) que têm sido feitas a cada uma dessas estratégias. A evitar: a) qualquer política que produza resultados meramente quantitativos, ignorando a qualidade acadêmica do ensino ou a necessária inclusão com maior independência da origem social, principalmente no

tocante à escolha dos cursos e b) políticas que garantam o acesso mas não a permanência dos alunos.

Parece-nos que se o ponto de vista assumido pela política educacional é o da minoração da desigualdade, quanto ao ensino superior sua condução deve ocorrer de forma independente ou até mesmo em oposição a antigas cristalizações acadêmicas, corporativas, econômicas ou ideológicas nas quais o campo está historicamente imerso. É necessário tentar pensá-lo como totalidade, numa perspectiva estratégica social e politicamente enquadrada. Garantidas essas premissas, acreditamos que nos aproximariamos de um modelo de ensino superior que pudesse ser contado no rol das instituições que ajudam a implementar a mobilidade social no país.

Como na metáfora de Bourdieu, foi o conhecimento da restrição da força da gravidade que permitiu ao homem voar. Não precisamos recuar neste sonho: um vôo do chão aonde puderem alçar, mais milhares de brasileiros sob o impulso do ensino superior. Onde distinções sejam melhor distribuídas e não represadas, barrando no nascedouro qualquer projeto conseqüente de uma sociedade menos desigual.